

OS BEATOS

José Calasans

NOTÍCIAS DOS BEATOS

Admitimos, na igreja popular sertaneja, uma hierarquia, com *beatos* e *conselheiros*. Tivemos nossa atenção despertada para o assunto numa conversa com Honório Vilanova, em terras do Assaré. Disse-nos que conhecera, por volta de 1873, no Ceará, o beato Antonio, que iria encontrar, depois, na Bahia, como conselheiro. Explicou-nos que conselheiro era mais do que beato. Ao beato cabia a missão de tirar rezas, cantar ladainhas, pedir esmolas para obras da igreja. O conselheiro ia além, porque, melhor preparado sobre os temas religiosos, pregava, dava conselhos. Um conselheiro pode ter, debaixo de suas ordens, um ou vários beatos. Foi o caso de Antonio Conselheiro, ao qual estavam subordinados alguns beatos, como o beato Paulo, José Beatinho, Antonio Beatinho, além de outros que não nos foi possível identificar. Cronologicamente, o primeiro a ser apresentado é Paulo José da Rosa, também referido como José Paulo da Rosa. Em 1876, apenas dois anos após o surgimento de Antonio Conselheiro no centro das províncias da Bahia e de Sergipe, já era pessoa importante no meio dos acompanhantes. Tanto assim que foi preso na Vila de Itapicuru, no citado ano, vindo em companhia do Santo para Salvador, com ele percorrendo as ruas da capital baiana no dia 5 de julho, juntamente com mais dois outros presos, José Manuel e Estevam, o primeiro apontado como vagabundo e larápio e o segundo acusado de ser escravo fugido, pertencente a uma viúva moradora em Porto da Folha, Sergipe, informações contidas no expediente do delegado em exercício de Itapicuru, Francisco Pereira de Assunção (Aristides Milton, 12 : p.11) , onde Paulo José da Rosa está nominalmente citado por causa de suas ligações com o místico cearense. Livre da polícia, o beato Paulo voltou ao sertão, passando a acompanhar, novamente, Antonio Conselheiro, a quem o juiz municipal de Quixeramobim, bacharel Alfredo Alves Matheus, pusera em liberdade, provada sua inocência (Manuel Benício, 03: p.46). Tornou-se a segunda pessoa da grei. Marcos Dantas de Menezes viu o beato Paulo no arraial do Bom Jesus. Velhinho,

cabeça branca. Ninguém podia falar ao Bom Jesus sem seu consentimento. Morava no mesmo barracão onde ficava o Conselheiro. Recebia tarefas a serem executadas em outros lugares. Em 1893, escreveu-lhe Antonio Conselheiro a respeito da igreja construída em Canudos, dando ordens para não permitir na derrubada do Santuário ali existente, “porque a nova capela não estava benta”. A missiva fora escrita em Brejo Grande, trazendo a data de 10 de maio (Rev. I. G. H. Bahia – vol. 55, p. 741).

Nascera no Soure (Natuba) e tinha mais idade do que Conselheiro. Não brigou nas horas dos diversos fogos. Morreu bem idoso. Sepultaram-no na frente da igreja, segundo recordou Honório Vilanova (Nertan Macedo, 11: p. 67).

Falou-nos Ciriaco do pouco conhecido José Beatinho, cearense, dono de uma voz muito bonita para entoar benditos. A mandado do Santo, saía pelo sertão para tirar esmolas. Nosso informante foi seu companheiro numa dessas oportunidades. Não confundi-lo com Antonio Beatinho, que entrou na história nos derradeiros instantes do Belo Monte. José falecera algum tempo antes da guerra.

ANTONIO BEATINHO

Ele apareceu a 2 de outubro de 1897, nos últimos momentos da guerra. Trouxe um companheiro. Antes, havia agitado uma bandeira branca, sinal de paz. Foi levado à presença do general Artur Oscar, na comissão de engenharia. Apresentou-se: “Saiba seu doutor general que sou Antonio Beato”. Seu nome não figurava na relação até então conhecida dos *apóstolos* do Conselheiro, como Antonio Vilanova, João Abade, Macambira, Pajeú, Manuel Quadrado, Senhorinho, José Venâncio e outros mais. Seguramente, antes, não desempenhara papel de maior importância na comunidade mística. Manuel Ciriaco, jagunço sobrevivente, muitos anos após a tragédia, não se lembrava de Antonio Beato. Talvez até não fosse rigorosamente um beato, senão um zelador de imagens, encarregado de tomar conta das coisas da igreja, com o direito de morar no santuário, perto do Santo Conselheiro. Quase que a história não se lembraria dele. De repente, porém, e por algumas horas, tornou-se personagem de primeiro plano. Chefes militares, jornalistas, estudantes de medicina e a soldadesca cercaram-no, dominados pela curiosidade. Queriam ouvir suas informações a respeito da situação do arraial sitiado, do destino de Antonio Conselheiro. Os futuros autores de livros sobre a campanha estiveram muito atentos às palavras do Beatinho, a começar por Euclides da Cunha, seguido por Favila Nunes, Martins Horcades, Dantas Barreto, Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares.

O autor de *Os Sertões* assim descreveu a figura do acólito conselheirista. “Muito claro e alto, excessivamente pálido e magro, ereto, o busto adelgado. A barba rala e curta emoldurava-lhe o rosto pequeno, animado de olhos inteligentes e límpidos. Vestia camisa de azulão e, a exemplo do chefe da grei, animava-se a um bordão a que se estreitava, andando” (Euclides da Cunha, 06: p. 602). Favila Nunes calculou que teria 50 anos, “moreno, magro, barba crescida, malvestido, descalço” (Walnice Galvão, 08: p. 202). Dantas Barreto anotou: “Mestiço, alto,

magro, anguloso, trajava roupa de algodão, como quase todos os homens que nos apareceram depois em Canudos” (Dantas Barreto, 02: p. 279). Macedo Soares recordou a figura: “Era um indivíduo de tez amarelada, pequena barba, olhos azulados e cabelo castanho claro. A estatura era pouco além do normal, o corpo um tanto recurvado. Trajava calças de zuarte e caídas fora delas, a camisa da mesma fazenda. Do seu todo semblante, resumava um fanatismo calmo, um ar de humanidade em contraposição aos ardentes companheiros” (Macedo Soares, 19: p. 360).

Pelo visto, Antonio Beatinho, cujo nome de família não se guardou, foi o mais comentado dos grandes jagunços. O único que falou para a história na hora crepuscular da sua gente. Euclides reconheceu o valor de suas informações. Depois de uma longa conversa com o general Artur Oscar, dele recebeu uma delicada missão que, com risco de vida, cumpriu rigorosamente. Voltou ao arraial em chamas para convencer os vencidos de que deviam se entregar sem condições. O chefe vitorioso garantia a vida de todos eles em nome do governo federal. Acompanhado de Bernabé José de Carvalho, outro jagunço que se apresentara aos vencedores, Beatinho retornou ao povoado. Os emissários tentaram a capitulação de todos. Impossível. Havia ali “gente de muita opinião”, que optou pelo sacrifício da própria vida, recusando uma proposta de rendição incondicional. Após muita conversa, velhos, mulheres, meninos, raros homens válidos, guiados pelo Beatinho, tomaram o rumo do acampamento, numa caminhada que a todos comoveu. Eram centenas e representavam, no dizer de Euclides da Cunha, uma “caqueirada humana”.

Antonio Beato, no ocaso daquela tragédia, prestara um grande serviço, salvando muitas existências, embora arriscando a sua própria. Não conseguira dobrar a resistência de alguns companheiros de fé, mas fizera o possível na sua qualidade de emissário da legalidade. Parlamentara em nome do general-comandante. Merecia o respeito humano, senão o reconhecimento pelos seus serviços. Assim não sucedeu. Foi, como outros jagunços também conciliadores, degolado no dia 3

de outubro. Nas páginas do “livro vingador”, Euclides da Cunha lamentou o desaparecimento de Antonio Beatinho, alegando também que ele fora um informante de boa qualidade, contando episódios da guerra, referindo-se a figuras do mundo canudense. Poderia ter dito ainda que ele enriquecera o vocabulário médico-popular do Brasil, quando declarou que Antonio Conselheiro morrera vítima de uma “caminheira”. O mestre Fernando São Paulo deu guarida ao vocábulo no seu clássico dicionário, “Linguagem médico popular do Brasil” (São Paulo, 18).

TIMOTINHO, SINEIRO

O sineiro do Belo Monte, morto heroicamente no desempenho de sua tarefa cotidiana, é uma das mais famosas figuras da guerra sertaneja de 1897. O escritor Escragnolle Dória imaginou que ele se chamava Salvador Mocambo, quando lhe dedicou duas páginas de ficção na revista *ETC*, em seu número 185, de 31 de março de 1932. Seu verdadeiro nome, porém, era Timóteo, apelido Timotinho. Julgamos que ele era Timóteo Bispo de Oliveira, compadre de Antonio Conselheiro. Casado com Maria Francisca Dantas de Oliveira, filha do tenente Cosme Dantas, homem bastante conhecido, residente na vila de Aporá, nordeste baiano (Lellis Piedade, 17: XII). No dia 9 de dezembro de 1891, o cônego Agripino Borges, vigário do Itapicuru, deu o batismo a Antonio, de 4 meses, filho de Timóteo de Oliveira e sua mulher, e sendo padrinho Antonio Vicente Mendes Maciel. Nossa Senhora foi a madrinha do menino, que, após a guerra, ao 6 anos de idade, caiu em poder de um soldado da polícia de S. Paulo, que o levou em sua companhia, conforme denúncia do Comitê Patriótico (Lellis Piedade, 17: XII). A menina Joana, de 4 anos, também recolhida pelo batalhão paulista, era a outra filha do casal, entregue por um oficial da mesma força a uma parda, amásia de um soldado, na vila de Queimadas. Sem os filhos, cujo destino ignorava, sem o marido, morto na guerra, Francisca regressou à sua terra natal.

Se o esposo, como supomos, era o sineiro, seu fim foi heróico e dramático. Ninguém morreu, naquele campo de luta em que sucumbiram milhares, como ele. Pena que Euclides da Cunha não houvesse descrito o instante final daquele jagunço, atingido por uma bala de canhão, na torre da igreja, que liquidou o sineiro e jogou longe o sino. O tenente Macedo Soares, testemunha ocular do sucedido, escreveu várias linhas para recompor o episódio. Vamos transcrevê-las, numa justa homenagem à memória do heróico bacamarteiro, que atirava e tocava sino. Escreveu o autor d' *A Guerra de Canudos*: "... o sino lá estava pendurado (na torre

da igreja velha) e, ao escurecer, o sineiro ia infalivelmente cumprir o seu encargo. Timóteo chamava-se aquele singular personagem, que, num estoicismo sublime, desafiava todo o exército, indiferente à fuzilaria e ao canhoneio, tudo sobre ele”. Sucumbiu numa tarde, após terrível porfia com dois canhões legalistas, que terminaram derrubando o sino e esmagando o sineiro estóico (Macedo Soares, 19: p. 260).

Muitas décadas vencidas, Odorico Tavares, conversando com um velho jagunço, Francisco Cardoso de Macedo, recordando a derrubada do sino, declarou: “Nos últimos dias, eu estava no reduto, vi o grande sino se arrebentar debaixo das balas, batendo no chão entre as pedras. Hoje ninguém sabe ao certo o destino do sino, que se ouvia a uma légua por todas estas redondezas” (Odorico Tavares, 21: p. 273). Teria sido em princípios de setembro, antes da chegada de Euclides da Cunha ao acampamento Artur Oscar. O autor de *Os Sertões* não presenciou o episódio. Certamente, por isto, deixou de esculpir uma página dramática sobre o fim de Timóteo. E ninguém o merecia mais.

JOSÉ FÉLIX, TAMELA, DE ALCUNHA

Era do Soure, na Bahia. Conseguiu sobreviver à destruição do Belo Monte e voltou à terra natal, onde morreu. O Dr. Manuel Ferreira Neto, oficial farmacêutico do Exército e advogado em Aracaju, viu, nos tempos de menino, muitas vezes, o Taramela. Os moradores do Soure sabiam que o velho estivera em Canudos. Baixo, grosso, caboclo, enxergava pouco, disse-nos Argemiro Pereira dos Santos Aparecido, que o conheceu também.

José Félix falava muito. Possuía fértil imaginação. Alguns sobreviventes, que encontramos no sertão, esboçavam um sorriso, quando lhes indagávamos como era Zé Félix. “Ah: são Zé Félix!” Narrava, com pormenores, os milagres do Santo Conselheiro. Via os jagunços mortos, que perderam a vida combatendo, entrando no céu. Por outro lado, *botava* cartas, desvendava o futuro, afirmaram-nos Pedrão e Ciriaco. Velho, costumava narrar que o Conselheiro afirmava que ele, ao morrer, teria missa de corpo presente. Aparecido, que vimos em Olindina, declarou-nos que o aviso do Bom Jesus deu certo. José Félix teve missa de corpo presente, rezada em Nova Soure.

Já se encontrava no séquito conselheirista em 1893, antes da ocupação de Canudos. Salomão de Souza Dantas, que se avistou com os conselheiristas às vésperas do choque de Masseté, maio do ano acima citado, relacionou nomes de alguns jagunços ligados a Antonio Conselheiro, inclusive José Félix, “uma espécie de criado-grave, pessoa de toda confiança do Santo beato” (Souza Dantas, 07: p. 147).

Manuel Benício informou: “Félix Taramela, contador dos milagres do velho pajé”, seria um dos apóstolos (Manuel Benício, 03: p. 168), e Euclides da Cunha escreveu: “José Félix, o Taramela, guarda das igrejas, chaveiro e mordomo do

Conselheiro, tendo sob as ordens as beatas de vestidos azuis cingidos de cordas de linho, encarregadas da roupa, da refeição exígua daquele e de acenderem diariamente as fogueiras para as rezas” (Euclides da Cunha, 06: p. 202). Um menino-jagunço, chamado Agostinho, dera ao escritor fluminense, ainda em Salvador, as notícias de José Félix, esclarecendo que o apelido Taramela vinha do fato de lhe caber a tarefa de abrir as portas para a passagem de Antonio Conselheiro (Euclides da Cunha, 05: p. 38). Apresentamos outra explicação, considerando o modo de ser do “criado-grave”. Taramela ou tramela quer dizer falador, contador de estórias. A alcunha caía bem.

Sabia ler e escrever. Favila Nunes, correspondente da *Gazeta de Notícias*, encontrou e publicou uma carta de José Félix a Romão Soares dos Santos, datada de 15 de maio de 1896. Caligrafia e ortografia, consoante o jornalista, melhores do que de outros missivistas da grei jagunça. Na correspondência, fazia proselitismo. A marca do Senhor já estava dada para quem quisesse gozar da Santa Companhia. Advertia, porém, que Romão não devia levar para o povoado gente que não fosse do agrado do Sr. Conselheiro. A missiva fora escrita no *Belo Monte*, nome oficial do povoado, na linguagem conselheirista. Deixou uma filha, Ana de José Félix.

MANUEL FAUSTINO, MESTRE-DE-OBRAS E OUTROS ARTÍFICES

Lemos na obra de Manuel Benício que Antonio Conselheiro, “pouco tempo depois de instalar-se em Canudos para onde começaram a convergir famílias de todos os sertões, deu início à Igreja nova sob a direção do mestre-de-obras, por nome Faustino”. (Manuel Benício, 03: p. 168). Muitos anos depois, na sua conhecida entrevista a Nertan Macedo, Honório Vilanova falou no mestre Faustino. Mestre-de-obras e talhador de altares. Fez umas rosas douradas no altar da igreja, que era a admiração do povo. O grande artista daquele grupo messiânico. Bem poderíamos avançar: o Miguel Ângelo do Conselheiro. Um velho de sessenta anos, que sempre arranjava jeito de tomar uma “bicada”, descumprindo a lei do agrupamento. Foi proibido de beber. Ficou magro e triste, contou Honório. Depois se consolou no trabalho (Nertan Macedo, 11: p. 68).

Realizara, anteriormente, uma boa obra no arraial do Bom Jesus (Crisópolis), trabalhando na construção da capela local, levantada pelo Conselheiro. A bela igreja, concluída em 1892, que chegou aos nossos dias, conserva, nas portas e no altar-mor, as talhas do mestre Manuel Faustino. Também o cruzeiro, na grande praça, é obra sua. O octogenário Marcos Dantas, nos anos 60, recordando sua meninice no arraial fundado por Antonio Vicente Mendes Maciel, referiu-se às realizações de Faustino, que acompanhou o grupo na sua marcha para o Vaza-Barris. Tinha um filho apelidado Periquito.

Favila Nunes disse que ele morreu de bala, o mesmo acontecendo a uma de suas filhas. Outra, caiu prisioneira e teria seguido para Salvador. As meninas criavam um porco-do-mato, caititu, que o jornalista adquiriu nas mãos de um soldado por alto preço e levou na sua bagagem “jagunçal” (Walnice Galvão, 08: p , 221).

Chamar-se-ia Manuel Faustino de Oliveira, pensamos. Casado com Agostinha Francisca de Oliveira. Compadre de Antonio Vicente Mendes Maciel, padrinho de Paulina, batizada a 9 de dezembro de 1891, pelo vigário Agripino Borges, da freguesia do Itapicuru. É o que consta no livro de registros de batizados da referida freguesia, guardado no arquivo da Arquidiocese de São Salvador, na Bahia.

Marcos Dantas lembrou outros artífices. Ricardo, caboclo, pedreiro, grandalhão, ficou morando no arraial depois da partida do Conselheiro. Um mestre carpina, preto, natural de Inhambupe, ajudou na obra do belo cruzeiro da praça de Crisópolis. O ancião informante, porém, não se lembrou do nome do habilidoso carpina. Era a segunda pessoa, o contramestre das obras. Havia um outro pedreiro, chamado Vitório.

A VELHA BENTA E OUTRAS MULHERES

No vasto noticiário sobre Antonio Conselheiro e seu povão, apenas uma vez deparamos com notícias sobre a velha Benta. Encontramo-las no livro de Manuel Benício, *O Rei dos jagunços*, publicado em 1899. Manuel Benício, pernambucano que viveu em Niterói, veio aos sertões da Bahia, na qualidade de correspondente do *Jornal do Comércio*, fazer reportagens a respeito da guerra de Canudos. Pouco depois da refrega, aproveitou a matéria jornalística para escrever seu livro, narrando episódios que presenciara ou deles tivera informações, ao que juntou alguns documentos interessantes sobre costumes sertanejos e acontecimentos da campanha. Falando a respeito da atitude do Conselheiro contra a cobrança de impostos municipais, escreveu Benício: “À feira chegara uma pobre *cúruca* a vender uma esteira que deitara no chão. O arrematante do imposto exigia cem réis pela porção de terreno que a esteira e a pobre velha ocupavam. Esta, que apreciava o valor da esteira em oitenta réis, reclamou, queixou-se em voz alta ao povo, chorando, lastimando-se. Juntou gente e todos davam razão à velhota, pois como se há de pagar um tostão de imposto, quando gênero todo que se vende vale quatro vinténs, dizem? Conselheiro, na prédica que fez nesta noite referiu-se ao caso da velha alegando: “eis aí o que é a República, o cativo, trabalhar somente para o governo. É a escravidão, anunciada pelos mapas, que começa. Não viram a tia Benta (nome da velha), é religiosa e branca, portanto, a escravidão não respeita ninguém?!” (Manuel Benício, 03: p. 163).

Parece-nos que a “Tia Benta” era a figura feminina mais importante do séquito, pelo menos no período em que o Conselheiro viveu no município do Itapicuru, nordeste da Bahia. Há uns dez anos, antigos moradores do referido município ainda sabiam coisas da velha de Benta, uma das primeiras beatas do Conselheiro. Nascida em Itapicuru, exercia atividades de parteira, aparadeira. Muito sabida em

questão de negócios. O octogenário Marcos Dantas, morador em Crisópolis, localidade fundada por Antonio Conselheiro na década de 80, com a denominação de arraial do Bom Jesus, conviveu com a velha Benta, “uma cabo-verde muito sabida” e gorda. Morou na casa da beata-parteira. Ela mantinha uma espécie de residência para meninos, que estudavam primeiras letras no Bom Jesus, com um professor vindo de Santo Amaro e acolhido pelo Santo Conselheiro. A aula do santo-amarense terminou por causa das constantes bebedeiras do mestre, procedimento repellido pelo fundador da localidade. Além da direção do pensionato, para onde os proprietários da redondeza mandavam seus filhos, numa prova evidente de confiança no conselheirismo, Benta tratou ainda de construir casas na grande praça do arraial, surgido em terras da antiga fazenda Dendê de Cima, tendo como ponto de partida a capela e um bem apresentado santo cruzeiro. Possuía um grande número de casas, asseverou-nos Marcos Dantas. Vendeu-as por bom preço, a 20 e 30 mil réis, quando deixou o povoado, acompanhando Antonio Conselheiro na mudança para Canudos. Benta se encarregava da alimentação do Santo, tomando conta também do barracão onde ele residia. Desfrutava de grande prestígio junto ao Pai Conselheiro. Tudo indica que tirava vantagem dessa situação.

Marcos Dantas falou também de uma vendedora de doces nos dias de festas, chamada Izidra, vinda do Aporá (Freguesia de N.S. da Conceição do Aporé, Município de Inhambupe).

Perdemos os passos de Benta no Belo Monte. Nenhuma informação relativa à sua presença na cidadela do Vaza-Barris. Euclides da Cunha, na Caderneta de Campo, anotou o nome de Ana como o da beata que cuidava da alimentação do Bom Jesus Conselheiro, morando no Santuário. Fala-se numa senhora conhecida por Dona Caridade, havendo até uma rua da Caridade, em sua homenagem, por quem o místico tinha um grande apreço. Seria a parteira de Itapicuru?

Maria Leandra dos Santos, viúva de Rozendo Maximiano dos Santos, homem de recursos, era do termo de Tucano, onde moravam parentes seus, abastados, fazendeiros e negociantes, revelou-se por atos de generosidade, ajudando financeiramente, em Alagoinhas, para onde foi levada após o fim da guerra, com seus companheiros de infortúnio. Gastou metade do seu dinheiro procurando minorar a situação de infelicidade de algumas mulheres. O marido de Maria Leandra, que por convicção religiosa não foi combatente, morreu durante um dos últimos combates, deixando Maria Leandra, branca, com 30 anos de idade. O jornalista Lellis Piedade guardou simpática impressão de Maria Leandra dos Santos, elogiando seu alto espírito de solidariedade humana.